



## Crise na Europa prejudica o Brasil, dizem analistas

Em audiência no Senado, especialistas alertam para o perigo de o país se tornar mais dependente das relações comerciais com a China em função da crise europeia



Na audiência, presidida por Fernando Collor (C), o professor Francisco Teixeira (D) disse que país não deve ficar pessimista

A Europa ainda é a principal parceira comercial do Brasil, apesar da crise que o continente atravessa. Em 2011, o país alcançou saldo positivo de

US\$ 6 bilhões no comércio com as nações europeias, de acordo com informações mencionadas em audiência realizada pela Comissão de Relações Exteriores. **8**



Jane Araújo/Senado Federal

Sarney e Viana: barão consolidou pacificamente as fronteiras do Brasil

## Sessão faz homenagem ao Barão do Rio Branco

O Senado prestou ontem tributo ao Barão do Rio Branco, no centenário de sua morte. Sarney e Jorge Viana destacaram a

atuação do estadista, que comandou o Itamaraty no governo Rodrigues Alves, nas questões territoriais do Amapá e do Acre. **2**

## Sarney e Alvaro Dias reagem a críticas de dirigente da Fifa

Presidente do Senado considera fala de Jérôme Valcke sobre obras da Copa “intromissão indevida”, mas Alvaro vê fundamento. **8**



Genildo Magalhães/Senado Federal

Paulo Paim (C) ouve a juíza Noemia Porto no debate conjunto das comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos

## Debatedores rejeitam uso do SPC em seleção de emprego

Juíza, OAB e sindicalistas discordam de decisão no TST sobre consulta a lista de inadimplentes. **7**



especial  
**Cidadania**

## Para onde vai o lixo de cada dia

Para enfrentar o aumento da produção de lixo e os problemas causados pelo manejo inadequado dos resíduos, o Congresso aprovou entre 2007 e 2010 o marco

regulatório do setor. As leis privilegiam a sustentabilidade e protegem o cidadão, mas ainda recebem críticas sobre prazos e recursos necessários às mudanças. **4 e 5**

## Do “partido feminista” ao decreto de Vargas de 1932

Em 2012, o Brasil comemora o 80º aniversário do decreto que permitiu às mulheres votar. Foram importantes a pressão de organizações feministas e uma experiência pioneira no Rio Grande do Norte em 1927. Nesta quinta-feira, o Senado abre exposição com imagens dessa história. **3**



Senadores Collor (3º à esq.), Sarney, Jorge Viana e Anibal Diniz uniram-se a diplomatas na sessão de homenagem

## Senadores homenageiam o Barão do Rio Branco

Sessão especial no Plenário, com participação de diplomatas brasileiros e estrangeiros, lembrou ontem os cem anos da morte do estadista que consolidou pacificamente as fronteiras do Brasil

UM DOS ESTADISTAS mais reverenciados da história nacional, o Barão do Rio Branco recebeu homenagem em Plenário ontem por ocasião dos cem anos de sua morte. O presidente do Senado, José Sarney, disse que o Brasil deve cultivar a justa vaidade de ter Rio Branco entre seus grandes heróis, a seu ver, o maior no século 20, em razão de suas ações para consolidar pacificamente as fronteiras do país.

— Herói não é somente aquele que vence batalhas

com espada e sangue. Rio Branco venceu todas as batalhas, conquistando territórios para o Brasil, criando consciência de paz, de negociação e de construção da nossa grande pátria — afirmou o senador.

Sarney recordou que Rio Branco aproveitou o longo período em que esteve à frente do consulado brasileiro em Liverpool, na Inglaterra, para pesquisar e reunir conhecimentos que depois seriam de grande utilidade na defesa do país nas questões de fronteira.

Um dos pontos destacados por Sarney foi a atuação de Rio Branco na questão do Amapá, arbitrada por um conselho suíço depois de enfrentamentos sangrentos entre forças francesas baseadas na Guiana e habitantes que tinham “o coração de ser brasileiro”. Defendida com “ironia fina”, a estratégia envolveu o uso de mapas apresentados pela própria defesa da França para provar que toda a Guiana Francesa, ou pelo menos grande parte dela, seria território brasileiro.

### Parlamentares do Acre registram gratidão

Jorge Viana (PT-AC), proponente da sessão, afirmou que Rio Branco sempre teve consciência da liderança que o futuro reservaria ao país. O senador disse que se sentiu no dever de sugerir a homenagem pela gratidão a quem encontrou os meios para resolver a questão territorial do atual estado do Acre.

A área do estado pertencia à Bolívia e havia começado a ser ocupada por seringueiros brasileiros em 1880, na época da expansão da economia da extração da borracha. Anibal Diniz (PT-AC) reconheceu o papel decisivo de Rio Branco na solução, que envolveu troca de territórios e pagamento de compensação financeira à Bolívia.

### Ensinamentos para diplomacia e Itamaraty

Fernando Collor (PTB-AL) destacou os ensinamentos de Rio Branco para a diplomacia e para a própria organização do Itamaraty. Ana Amélia (PP-RS) afirmou que Rio Branco foi devotado defensor da união das Américas e João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que a homenagem serve de alento para mulheres e homens de bem do Brasil.

Participaram da sessão os embaixadores Georges Lamazière (diretor do Instituto Rio Branco) e Gilberto Vergne Saboia, além do ex-deputado Marcos Afonso, representante do governador do Acre, Tião Viana. Também compareceram diplomatas brasileiros e estrangeiros e alunos do Instituto Rio Branco.

### Portal de Notícias do Senado tem novo visual

O Senado colocou no ar sexta-feira o novo padrão visual de seu Portal de Notícias. Agora, o *menu* Conteúdo facilita o acesso às notícias mais recentes em ordem cronológica, à agenda de atividades, aos pronunciamentos dos senadores, às melhores fotos do dia, aos textos da seção Entenda o Assunto, ao Glossário Legislativo e aos suplementos sobre assuntos como o Código Florestal e a reforma política.

Pode-se acessar as notícias mais recentes, por assuntos, também pelo *menu* Editorias. Em Multimídia, há vídeos e áudios sobre as notícias.

Os cidadãos ainda podem



Site explica como acompanhar notícias do Senado por meio de smartphones

acompanhar o que acontece no Senado por meio das redes sociais Facebook, Twitter e Flickr. Quem desejar também

pode utilizar os aplicativos para smartphones ou receber a *newsletter* diária por e-mail, por meio do *menu* Serviços.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Plenário Incentivos para cinema e café

14h A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 3/12) proveniente da medida provisória (MP 545/11) que concede incentivos para construção de salas de cinema e para o setor cafeeiro.

### Presidência Encontro com ministros do TCU

11h O senador José Sarney recebe o presidente do TCU, Benjamin Zymler, e o ministro do TCU José Múcio Monteiro Filho; às 11h30, o presidente da Rede Vida, João Monteiro de Barros Filho, e o bispo emérito da Arquidiocese de Botucatu, dom Antonio Muciollo. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CCT/CRA/CMA Incêndio na Antártica

8h30 Os ministros da Defesa, Celso Amorim, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, participam de audiência pública conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir as providências que serão tomadas pelo governo para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz e a retomada das pesquisas do Proantar. Após a audiência, a CMA vota, entre outros projetos, o que estabelece condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicação com cláusulas de fidelização do assinante. Em seguida, eleição do presidente da Subcomissão Permanente da Água, que integra a CMA.

### CDH Apoio à pessoa com deficiência

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vota, entre outros projetos, o que cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência.

### CAE Benefício ao empregador doméstico

10h Projeto que permite a dedução do salário do empregado doméstico, até três salários mínimos, da base de cálculo do Imposto de Renda está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. Também consta projeto que isenta do pagamento de Imposto de Importação a compra de equipamentos musicais sem similares nacionais. Às 14h, reunião conjunta da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional e da Subcomissão Temporária de Avaliação de Política Fiscal, ambas da CAE, para analisar dois relatórios divulgados pelo governo federal sobre a balança comercial e a arrecadação brasileira, com a presença do coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal do Brasil, Raimundo Elói de Carvalho, e um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

### CE Classificação por faixa etária

11h Um dos projetos em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte estabelece classificação por faixa etária para as atividades audiovisuais. O colegiado deve votar também projeto que permite a dedução de doações a instituições públicas de ensino superior da base de cálculo do Imposto de Renda.

### CDR Logística de aeroportos

14h Como parte do quarto painel do ciclo de debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza audiência pública para debater a logística aeroportuária com a participação da diretora do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil, Fabiana Todesco, e outros convidados.

### CMO Contas da Presidência da República

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no Plenário 2 da Câmara, para examinar, entre outros itens, as contas de 2010 da Presidência da República e de outros órgãos públicos.

### CPI Violência contra a mulher

15h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher realiza reunião para apreciação do plano de trabalho e análise de requerimentos.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Conquista do voto feminino no país precisou de “partido feminista”, experiência pioneira no Nordeste e decreto de Vargas; Senado organiza exposição sobre essa história

# Voto das mulheres no Brasil completa 80 anos

Ricardo Westin

EM 1877, ÉPOCA do Império, Machado de Assis defendia que as mulheres ganhassem o direito de ir às urnas. Espirituoso, escreveu: “Venha, venha o voto feminino; eu o desejo, não somente porque é ideia de publicistas notáveis, mas porque é um elemento estético nas eleições, onde não há estética”.

Machado assistiu à libertação dos escravos, à queda do Império e à proclamação da República, mas morreu sem ver o voto feminino. Seriam necessários longos 55 anos até que as brasileiras fossem finalmente autorizadas a votar.

A permissão foi dada por Getúlio Vargas num decreto de 1932. O texto definia que o eleitor era “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”.

Em 2012, o direito de voto das brasileiras completa 80 anos. Para marcar o aniversário, o Senado abrirá nesta quinta-feira — Dia Internacional da Mulher — uma exposição com fotos, jornais, títulos eleitorais e outros documentos históricos que contam essa conquista.

A luta foi longa e começou no exterior. No final do século 18, a França assistia às primeiras defesas públicas do voto da mulher. Viviam-se os ventos libertadores da Revolução Francesa. A ideia ganharia adeptos em outros países.

Na Inglaterra, o economista e parlamentar John Stuart Mill argumentava não existir equívoco maior do que a submissão das mulheres aos homens. Em 1869, no livro *A Sujeição das Mulheres*, pedia que elas gozassem dos mesmos direitos deles — incluído o voto. A sociedade vitoriana ficou escandalizada.

O voto feminino só se tornaria realidade no mundo em 1893. O país pioneiro foi a Nova Zelândia. As inglesas puderam se tornar eleitoras em 1918. As francesas, apenas em 1944.

No Brasil, durante a elaboração da Constituição de 1891, a primeira da República, já se cogitava essa hipótese. O plano não prosperou. Segundo Tania Navarro Swain, professora do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), os legisladores alegaram que a natureza das mulheres não as habilitava à vida pública:



Os primórdios do voto feminino: acima, brasileira vai à urna pela primeira vez, nas eleições legislativas de 1933; ao lado, um título eleitoral emitido em 1937

— Para eles, as mulheres tinham como destino biológico a domesticidade e a submissão. Assim, o voto feminino era uma aberração, ia contra a natureza. Mas isso era só uma desculpa. Na realidade, tinham medo de perder o controle sobre elas. Dar-lhes direitos políticos implicaria abrir as comportas das reivindicações femininas.

## Pioneiras

Inspiradas pelo movimento no exterior, algumas mulheres mais audaciosas deram impulso à luta sufragista no Brasil, como Leolinda Daltro (fundadora, em 1910, do Partido Republicano Feminino — que, obviamente, não era um partido formal) e Bertha Lutz (fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922).

Os primeiros frutos foram colhidos no Rio de Grande do Norte, antes do decreto de Vargas. Em 1927, o governo local liberou o voto feminino sob o argumento de que a Constituição, embora não o autorizasse, tampouco o proibia. No ano seguinte, os eleitores — e as eleitoras — de Lajes (RN) escolheram a primeira prefeita do Brasil, Alzira Soriano. Foi notícia até no *New York Times*.

— O outro candidato se sentiu tão humilhado por ter sido derrotado por uma mulher que se mudou da cidade. Isso mostra a dificuldade para aceitar a mulher na política — afirma

## Pelo mundo

Ano em que as mulheres ganharam o direito de voto

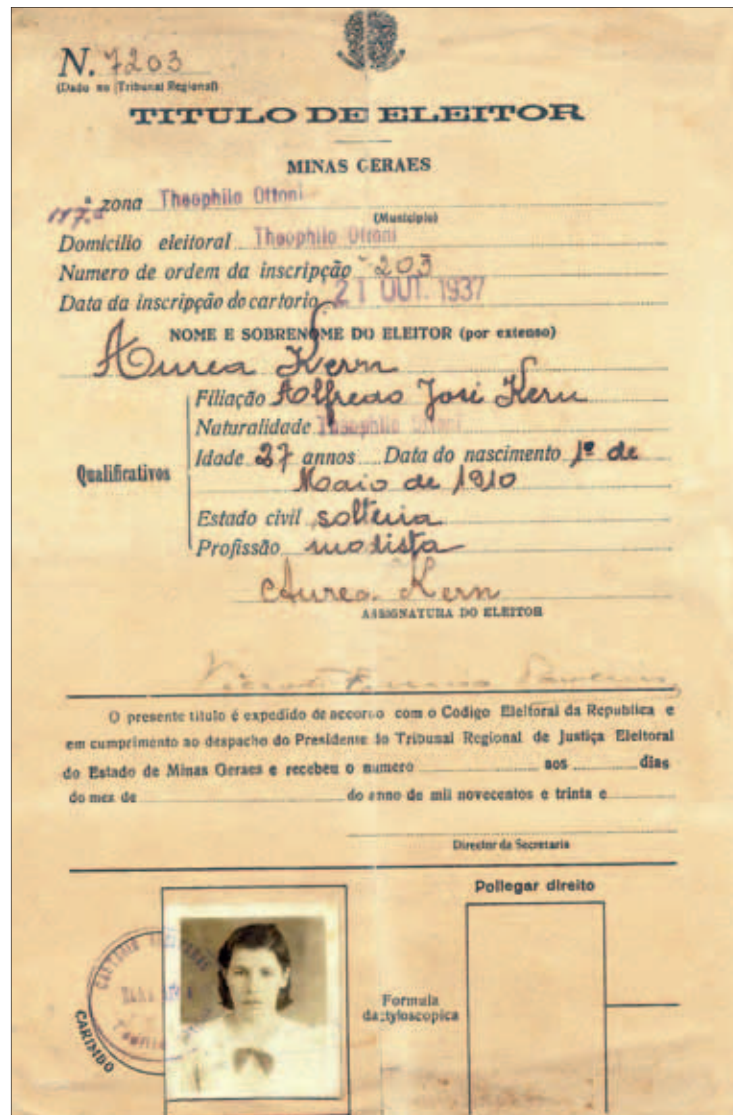
	Nova Zelândia	1893
	Austrália	1902
	Finlândia	1906
	Noruega	1913
	Inglaterra	1918
	Alemanha	1919
	Estados Unidos	1920
	Equador	1929
	África do Sul	1930
	<b>Brasil</b>	<b>1932</b>
	Cuba	1934
	França	1944

Fonte: Encyclopædia Britannica

o demógrafo Eustáquio Diniz Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE.

Na realidade, Getúlio Vargas concedeu o direito de voto às mulheres mais por conveniência política do que por amor à causa feminista. No mesmo ano do decreto, alguns meses adiante, ele enfrentaria os paulistas na chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Interessava ao presidente arrebatar o maior apoio eleitoral possível.

Qualquer que tenha sido a motivação, o fato é que o direito de ir às urnas abriu caminho para que as mulheres acumulassem mais direitos nas décadas seguintes. Para obter o voto delas, os políticos se viram obrigados a fazer promessas de campanha e elaborar leis que as beneficiassem — preocupação



que não havia antes. Exemplo: em 1961, uma lei equiparou o ensino normal (que formava professoras) ao ensino médio, o que finalmente desobstruiu a entrada das mulheres na universidade.

Um século atrás, o Brasil não tinha eleitora. Hoje, a proporção é de 52 eleitoras para 48 eleitores. A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), vice-presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, chama

a atenção para o fato de que esses números não se repetem no cenário político. No Senado, elas são 12% dos parlamentares. Na Câmara, menos ainda.

— O Parlamento reflete o que acontece na sociedade. As brasileiras continuam sendo vítimas de discriminação, não ocupam o mesmo espaço dos homens. O voto feminino, em 1932, só foi o primeiro passo. Ainda há muita luta pela frente, dentro e fora da política — diz.

## Paim pede ação de senadoras no Dia da Mulher

Paulo Paim (PT-RS) prestou ontem homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. O senador sugeriu que, nesse dia, a tribuna seja ocupada

principalmente por senadoras. Paim destacou o papel de várias mulheres na conquista por mais democracia, voto e estudo. Ele definiu as mulheres como seres humanos de

grandeza ímpar e ressaltou o fato de o Brasil ser liderado por uma mulher. Reconheceu que ainda há barreiras a serem vencidas, como a dupla jornada de trabalho e a diferença

salarial, mas destacou recentes conquistas no Brasil.

— Os avanços haverão de continuar. As mulheres sabem ir à luta pelo bem de toda a Humanidade — afirmou.

# Problemas do lixo dependem da aplicação de leis

Legislação inovou para garantir universalização do acesso à coleta de lixo e destinação adequada dos resíduos, mas regras ainda produzem incertezas sobre prazos e fontes de financiamento

Silvio Burle

A POPULAÇÃO BRASILEIRA produz diariamente cerca de 190 mil toneladas de lixo. Para diminuir a montanha de problemas ambientais, sociais e de saúde pública que vem junto com todo esse entulho, o país aprovou, depois de anos de negociação no Congresso, seu marco regulatório para o setor.

A Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) visam colocar o país em um patamar ambientalmente adequado e preveem maior controle dos cidadãos sobre os serviços. Mas ainda despertam críticas sobre sua aplicabilidade.



Lixão da Estrutural, em Brasília: até 2014, todos os municípios terão de eliminar espaços como este e implantar aterros sanitários

Genilda Magalhães/Senado Federal

## País produz 61 milhões de toneladas por ano

A produção de lixo no Brasil não para de crescer. E cresce em ritmo mais acelerado do que a população urbana. É o que mostra o *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil — 2010*, estudo feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

Pelo levantamento, os brasileiros geraram em 2010 cerca de 60,9 milhões de toneladas de resíduos urbanos (RSU), crescimento de 6,8% sobre 2009. No mesmo período, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população cresceu em torno de 1%.

O total de resíduos coletados também aumentou, em 2010, aproximadamente 7,7%. Segundo a Abrelpe, 54,2 toneladas foram recolhidas pelos serviços

de coleta domiciliar. Mesmo assim, esse número corresponde a 89% do lixo gerado. Ou seja, os outros 11% ficaram espalhados nas ruas, em terrenos baldios ou foram jogados nos rios.

Além disso, do lixo coletado, quase 23 milhões de toneladas, ou 42,4%, foram depositadas em locais inadequados: lixões ou aterros controlados — onde o chorume, líquido originado pela decomposição, não é tratado e pode contaminar os lençóis d'água.

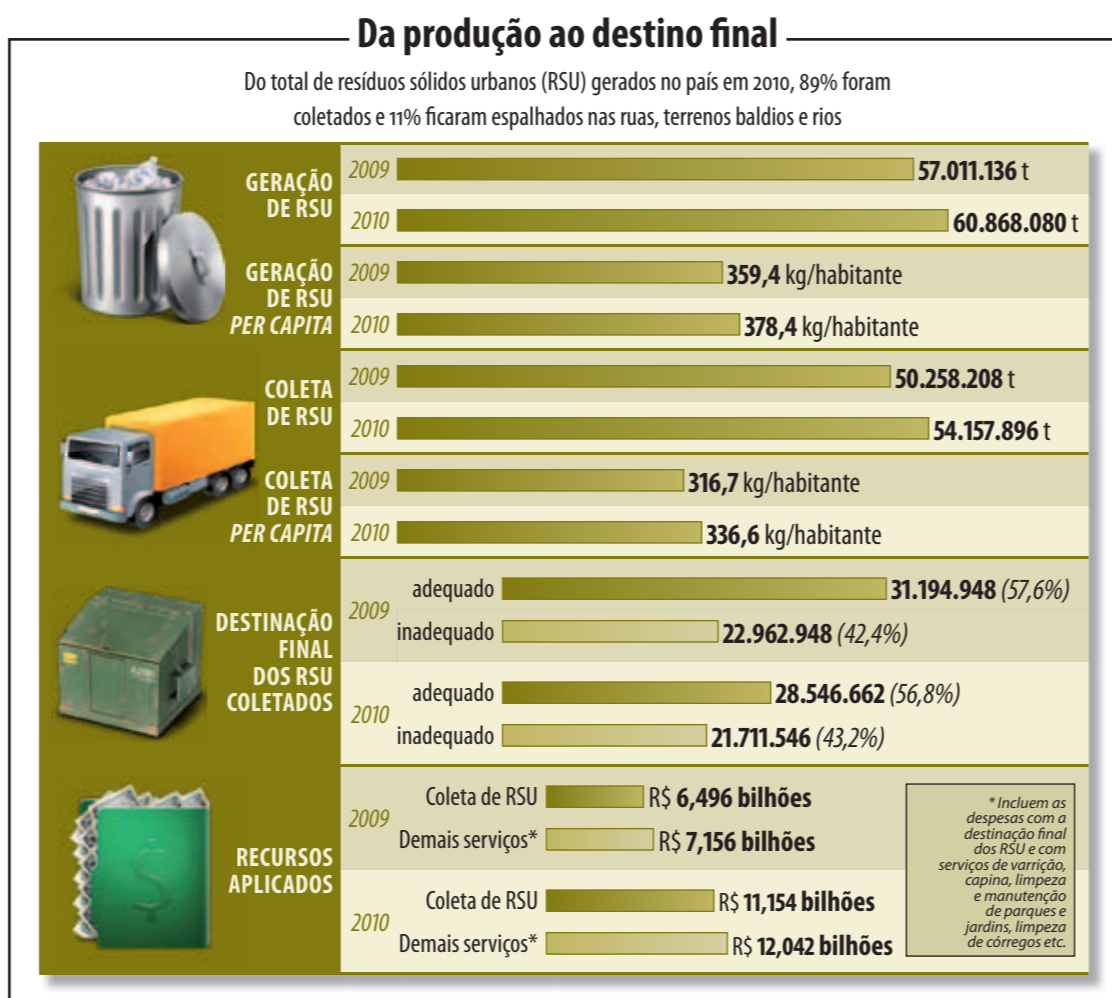
— Se me fosse pedido para escrever poucas palavras sobre o tema, eu diria o seguinte: elimine os lixões — resumiu a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em audiência no Senado, em maio de 2010.

A Abrelpe lembra ainda que os municípios

recolheram 31 milhões de toneladas de resíduos de construção e demolição (RCD) e 228 mil de resíduos de serviços de saúde (RSS) em 2010 — mesmo não sendo responsáveis diretos por esses materiais (veja infográfico abaixo).

Os serviços de coleta custaram R\$ 7,16 bilhões aos cofres públicos em 2010. Outros R\$ 12,04 bilhões foram gastos nos demais serviços de limpeza pública, como varrição e manutenção de praças.

A taxa de limpeza pública (TLP), cobrada por muitos municípios, teve a legalidade reconhecida para a coleta domiciliar pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Súmula Vinculante 19. Mas, em geral, o valor não cobre os custos, que acabam onerando o orçamento municipal.



### Quem responde pela coleta

O município é o principal agente dos serviços de coleta de lixo, mas grandes geradores têm de garantir a destinação de seus resíduos

RESÍDUOS	RESPONSÁVEL
Domiciliar	Município
Comercial*	
Público	
Serviços de saúde	Gerador
Industrial*	
Portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários	Gerador
Agrícola	
Entulho (construção civil)*	Gerador

\* O município é corresponsável por pequenas quantidades. A quantidade máxima de resíduo varia de acordo com a legislação local.

Fonte: Gestão da Limpeza Urbana - 2010 (PricewaterhouseCoopers)

## Lei de 2007 incluiu resíduos sólidos no saneamento básico

Universalização do acesso é o primeiro princípio fundamental relacionado pela Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB). A lei unem-se outros 11, como a segurança, a qualidade e a regularidade nos serviços prestados, além do controle social — o que coloca o cidadão como foco central da lei.

Junto com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (*leia matéria ao lado*), a Lei 11.445/07 compõe o marco regulatório para o manejo do lixo. Ela define exatamente quais os serviços que devem ser prestados pelo poder público — no caso, o município — na execução da

limpeza urbana: coleta, transbordo e transporte dos resíduos sólidos; triagem para fins de reúso, reciclagem, tratamento e disposição final; varrição, capina e poda de árvores em vias e espaços públicos.

Também estabelece uma série de garantias para o cidadão controlar a qualidade. Entre elas, acesso a manual de prestação do serviço e a relatório periódico do prestador, além da participação em órgãos colegiados para o controle social.

A lei resultou da unificação de vários projetos, como o PLS 155/05, do então senador pelo Espírito Santo Gerson Camata. E inovou ao incluir

a limpeza urbana e o manejo do lixo entre as ações de saneamento ambiental — como abastecimento d'água, o esgotamento sanitário e a drenagem das águas pluviais.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a nova legislação veio regular o “vazio institucional” criado nos anos 1980 com a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), que geria os recursos do saneamento no país. Esse vácuo foi ocupado por mais de 20 anos pelas companhias estaduais de saneamento. Com a nova lei, o município passou a ser o principal agente do setor.

### Política de resíduos: debate levou 20 anos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) passou 19 anos em discussão na Câmara, onde mais de cem propostas foram analisadas a partir de projeto do então senador Francisco Rollemberg.

De volta ao Senado, foi aprovada em 2010 e sancionada em agosto daquele ano como a Lei 12.305. Ela traz metas ambiciosas e dúvidas sobre seus prazos. Em agosto de 2012, os 5.565 municípios terão de apresentar planos de gestão integrada de resíduos sólidos. E até 2014 precisam eliminar os lixões. Do contrário, não poderão receber recursos federais para ações nesse setor.

Para a consultora de meio ambiente do Senado Carmen Scavazzini, a PNRS coloca o Brasil ao lado dos países com legislação ambiental mais avançada. A política estabelece conceitos como a responsabilidade compartilhada entre poder público, fabricantes, comerciantes e consumidores no descarte de produtos. Também há a logística reversa, pela qual fabricantes e comerciantes de diversos setores devem estruturar sistemas para receber do consumidor produtos que ele não usa mais, como pilhas e baterias.

A coleta seletiva passa a ter papel central. Produtos recicláveis terão prioridade nas compras do governo. Cooperativas de catadores e indústrias de reciclagem deverão receber incentivos fiscais.

Segundo cálculo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2010, o Brasil joga no lixo, todo ano, cerca de R\$ 8 bilhões por não fazer reciclagem. Números de 2008 do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) indicam que o país recicla apenas 13% dos resíduos gerados nas grandes cidades.

## Municípios reclamam de prazo curto e falta de verbas

Agosto de 2012 será uma data decisiva para a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse mês, a Lei 12.305/10 completa dois anos e se encerra o prazo para que estados e municípios apresentem seus planos de gestão dos resíduos. Os que não o fizerem, não poderão receber recursos federais para ações no setor.

— Se produz lei, se dá prazo para cumprir, mas não se diz onde está o dinheiro para aplicá-la — reclama o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Segundo ele, até um ano atrás, apenas 300 dos mais de 5.500 municípios já haviam elaborado seus planos, incluindo quatro capitais. O presidente da CNM também alerta para a dificuldade de, até 2014, implantar os programas de coleta seletiva e fechar os lixões. Ele estima que seja preciso construir mais de mil aterros sanitários no país.

O diretor de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Silvano Costa, reconhece o impacto



Coleta seletiva tem papel central na Política de Resíduos Sólidos

des também destaca a possibilidade de serem criados os consórcios públicos para viabilizar empreendimentos de manejo adequado do lixo em municípios menores — especialmente os de menos de 50 mil habitantes, que são 90% das cidades brasileiras.

Com base em estudos preliminares, o ministério estimou a existência de 80 arranjos para consórcios, constituídos ou em constituição, com possibilidade de habilitarem-se em seu programa de resíduos sólidos, abrangendo cerca de mil municípios e atendendo aproximadamente, 35 milhões de habitantes.

Segundo Silvano Costa, nem todo o dinheiro virá do governo federal. A iniciativa privada, diz, também terá o seu papel. Ele lembra que, de 1998 a 2008, a colocação final do lixo em locais adequados subiu de 38% para 58%. — E não havia a política [de resíduos sólidos] — conclui, explicando que muitos aterros sanitários foram construídos por empresas.

### Consórcios O Ministério das Cida-

## Estudiosos defendem que usuário seja tratado como consumidor

A relação entre os usuários dos serviços de saneamento e o poder público deveria ser regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Essa é a avaliação do professor Flávio de Azevedo Marques Neto, da Faculdade de Direito da USP. No artigo “A regulação no setor de saneamento”, ele escreve que “como consumidor, o usuário dos serviços possui todos os direitos assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor, apenas condicionados às peculiaridades de um serviço público.”

E continua: “Essa é a exata prescrição do artigo 22 do CDC, que obriga ao Poder Público e a seus delegatários fornecer aos cidadãos em geral serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos.”

O artigo faz parte do livro *Lei Nacional de Saneamento Básico — perspectivas para*

as políticas e a gestão dos serviços públicos, publicado pelo Ministério das Cidades.

Para o professor e advogado especialista em defesa do consumidor Paulo Roque, o Estado deveria ser tratado como fornecedor. E o CDC, afirma, abre essa possibilidade em seus artigos 3, 6 e 22.

Roque pondera, no entanto, que não existe jurisprudência dando esse tratamento à questão. Assim, em vez de acionar o gestor diretamente na Justiça por um serviço ineficiente, o usuário normalmente recorre às ouvidorias ou órgãos de regulação — também públicos. O Ministério Público é outro caminho possível.

De modo geral, o Ministério do Meio Ambiente conduz a aplicação da PNRS e o Ministério das Cidades, a Lei Nacional de Saneamento.

## Prefeituras preocupam, diz Cícero Lucena

O senador Cícero Lucena (PMDB-PB) se diz preocupado com “o problema gravíssimo” das prefeituras que estão despreparadas técnica e financeiramente para implantar as mudanças da PNRS. Segundo ele, é preciso dar maior suporte aos municípios menores se “não quisermos ver mais uma lei não ser cumprida neste país”. Lucena, que foi relator da proposta da PNRS na Comissão de Meio Ambiente, teme pelas sanções às prefeituras que não concluírem seus planos de resíduos sólidos até agosto.

Como prefeito de João Pessoa, ele conduziu o projeto que fechou o Lixão do Roger, na capital, em 2003. As famílias que moravam no local foram transferidas para apartamentos e implantou-se um aterro sanitário.

## Para Marta, prazo é desafiador, mas não impossível

A elaboração de planos de resíduos sólidos por parte dos municípios é importante para enfrentar a descontinuidade administrativa no setor de limpeza urbana. A opinião é da senadora Marta Suplicy (PT-SP). Ela diz que, ao assumir a prefeitura da capital paulista em 2001, encontrou descontrolado e falta de gestão estratégica.

Para Marta, a PNRS preenche essas lacunas, principalmente ao introduzir a cooperação entre poder público, empresas e sociedade.

Sobre a erradicação dos lixões até 2014, ela afirma que o prazo é “desafiador, mas não impossível”. Lembra o orçamento de R\$ 1,5 bilhão do governo e a possibilidade de criação de consórcios intermunicipais para viabilizar projetos.

### Saiba mais

**Lei Nacional de Saneamento Básico**  
<http://bit.ly/Lei11445>

**Política Nacional de Resíduos Sólidos**  
<http://bit.ly/PoliticaResiduos>

**Panorama Abrelpe 2010**  
<http://bit.ly/PanoramaAbrelpe>

**Ministério do Meio Ambiente**  
(Departamento de Ambiente Urbano)  
<http://bit.ly/AmbienteUrbano>

**Ministério das Cidades**  
(Programa de Resíduos Sólidos)  
<http://bit.ly/ProgramaResiduos>

Confira outras edições do Especial Cidadania em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)



Ouvidoria do DF recebeu cerca de 4 mil solicitações sobre coleta em 2011

Ana Wajsbajn/Senado Federal

Senador listou desfechos desejáveis da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável que acontecerá em junho no Rio de Janeiro



Há 20 anos, a Eco-92 produziu propostas compatíveis com o papel do Brasil nas questões de meio ambiente, segundo senador



Rollemberg espera que o evento deste ano deixe agenda para o país

## Rollemberg: protagonismo do Brasil exige resultados positivos da Rio+20

RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) ressaltou ontem a importância de que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorrerá no Rio de Janeiro em junho, deixe legado para o Brasil. Para o senador, o papel de protagonismo que o país assume internacionalmente em questões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável aumenta a necessidade de a Rio+20 ter resultados expressivos, a exemplo do que aconteceu na Eco-92, ocorrida no Rio em 1992.

Entre os desfechos internacionais positivos que a Rio+20 pode ter, Rollemberg listou o

fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Sustentável e a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em agência com maiores poderes. Já no âmbito interno, o senador ponderou que o Brasil precisa de agenda para aproveitamento da água, produção de alimentos, energia e biotecnologia, entre outros.

No caso da água, Rollemberg lembrou que o Brasil tem 12% da água superficial do planeta. Ele reconheceu que o país avançou na legislação sobre o recurso, mas disse que ainda há muito a se fazer.

O senador destacou que o país é grande produtor de

alimentos, mas observou que a agricultura ainda depende do exterior para sementes e para enriquecimento do solo.

Sobre a questão energética, Rollemberg afirmou que o Brasil possui hoje matriz diversificada, com pré-sal, agroenergia, energia nuclear, eólica, solar e outras. A proposta seria aproveitar parte dos recursos oriundos de fontes que possam causar prejuízos ambientais para investir no desenvolvimento de energias mais apropriadas e renováveis.

Segundo o senador, também é fundamental investir em biotecnologia e nanotecnologia, aproveitando melhor a biodiversidade do país. Ele registrou

ainda que a democracia e a educação são instrumentos indispensáveis para que o debate dessa agenda consiga prosperar com consenso.

— Essa agenda só se realizará com investimentos significativos e regulares em ciência, tecnologia e inovação. Precisamos de um esforço nacional para que essas áreas sejam prioridade na aplicação de recursos — afirmou.

Em aparte, João Capiberibe (PSB-AP) concordou, dizendo ser necessário discutir o conceito de economia verde e desenvolvimento sustentável, a fim de assegurar que a Rio+20 tenha resultados favoráveis à população.

### Blairo pede aprovação rápida do Código Florestal na Câmara dos Deputados

Blairo Maggi (PR-MT) cobrou da Câmara dos Deputados agilidade na votação do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), para evitar conflitos de interpretação a respeito da recuperação das áreas de reserva legal, o que poderia afetar até a produção de alimentos no Brasil. O projeto foi aprovado pelo Senado em dezembro de 2011 e retornou à Câmara por ter sofrido modificações.

Segundo o parlamentar, o



Blairo Maggi

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem agido com radicalismo na interpretação das normas ambientais e não vem reconhecendo a forma com

que o estado de Mato Grosso vem regularizando o passivo ambiental dos imóveis rurais.

A imposição da recuperação *in loco* de mais 30% de floresta para aqueles que já haviam se enquadrado aos 50% afetar a produção, de acordo com o senador.

### Viana desaprova contingenciamento de recursos destinados à Defesa Civil

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que recursos para a Defesa Civil não deveriam sofrer contingenciamento no Orçamento da União. Em fevereiro, uma enchente atingiu mais de 130 mil pessoas no Acre.

— Onde está a urgência se o orçamento fica contingenciado? — questionou o parlamentar.

A proibição ao contingenciamento de verbas da Defesa Civil é uma das propostas do Projeto de Lei do Senado (PLS)



Jorge Viana

745/11, apresentado em dezembro, na conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária sobre Defesa Civil, da qual Jorge Viana era presidente. O projeto tramita na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

Jorge Viana disse que visitou os municípios acrianos de Rio Branco, Brasileia, Xapuri, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira, que se recuperam de enchentes. Para o senador, a parte mais difícil começa agora: a reconstrução.

### Ana Amélia critica corte de verba para ciência e tecnologia

O corte de recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, anunciado pelo governo, foi criticado ontem por Ana Amélia (PP-RS). Para ela, não adianta a presidente Dilma Rousseff ir a eventos internacionais como a Cebit — feira de tecnologia de cuja abertura a presidente participa, na Alemanha —, se dentro do país o governo dá “um passo atrás” com os cortes.

— O corte chega a 22% do orçamento do ministério, o que representa R\$ 1,5 bilhão a menos para novos incentivos a projetos de alta tecnologia — criticou.

A senadora afirmou que inovação tecnológica e educação são aspectos prioritários para países que pretendem atingir o topo da economia do mundo.

### Capiberibe quer federalização de energia no Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) voltou a pedir solução para as dívidas da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)



João Capiberibe

com a Eletronorte.

O senador defende que a CEA seja federalizada, como já aconteceu com outras empresas estaduais de distribuição de energia elétrica, em particular nos estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Alagoas e Piauí. Ele explicou que a federalização do setor energético é legítima e regida pela Lei 9.619/98.

De acordo com o senador, a alternativa à federalização seria empréstimo de R\$ 1,6 bilhão do BNDES, proposta do Ministério de Minas e Energia. A bancada de parlamentares do Amapá não aceitou a proposta.

#### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

#### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Genildo Magaldi/Senado Federal



Ao lado da juíza Noemia Porto e dos sindicalistas Moacyr Roberto e José Augusto, Paim diz que a consulta a listas impede acesso do trabalhador ao emprego

## Anibal destaca tema da Campanha da Fraternidade

Anibal Diniz (PT-AC) registrou ontem o início da Campanha da Fraternidade de 2012, que tem como tema a saúde pública. Segundo ele, é uma oportunidade de ampliar o debate sobre as conquistas e as deficiências do setor.

Para o senador, esta Campanha da Fraternidade destaca vertente digna de reflexão, a de que saúde e doença são dois lados da mesma realidade.

— Esse é um debate contemporâneo. A definição de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde apenas em 2003. E essa nova concepção vem se firmando como uma direção a ser seguida — assinalou Anibal.

Segundo explicou o senador, a campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) este ano tem como lema “Que a saúde se difunda sobre a Terra” e ensina que a doença é um apelo à fraternidade e à igualdade porque atinge a todos: ricos, pobres, crianças, jovens e idosos.

— A Campanha da Fraternidade mostra bem que com a doença escancara diante de todos a nossa profunda igualdade. Diante dessa realidade, os temas da saúde e da doença exigem atenção ampla e diferenciada. É preciso reformular para oferecer à população atendimento com mais qualidade e mais humanizado — avaliou.

Anibal afirmou ainda que,



Senador vê oportunidade de se refletir sobre a situação da saúde

apesar de o Brasil ter registrado avanços no setor, há muitos problemas não completamente sanados e a campanha ajudará a sociedade a refletir a respeito do tema. Ele mencionou as longas filas para o atendimento, a demora na realização de exames, a falta de vagas e de medicamentos nos hospitais públicos e a situação vulnerável dos indígenas, quilombolas e pessoas que moram longe dos grandes centros.

— O SUS tem o desafio e a responsabilidade de levar a saúde de forma integral e universal para toda a população. Não é uma tarefa banal — observou Anibal.

O parlamentar comemorou ainda os resultados alcançados pelo Acre em pesquisa realizada com milhares de usuários do SUS para analisar o grau de satisfação do usuário do sistema como os serviços prestados em todo o país. Na avaliação, o governo do Acre foi o mais bem colocado, com ações em saúde pública consideradas “ótimas” ou “boas” por 33% dos entrevistados.

## Consulta de patrões a SPC é criticada em audiência

Representantes da OAB e da Anamatra discordam da decisão judicial que não considera discriminação que empregadores verifiquem cadastros de inadimplência

A DECISÃO DA Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de não considerar discriminação que empregadores consultem cadastros de inadimplência não representa “carta branca” aos patrões nem reflete a posição dominante daquela corte. A opinião é da representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Garcia Porto.

A juíza foi uma das convidadas da audiência realizada ontem pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH), que teve também a participação

de sindicatos e representantes do Executivo, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público.

A polêmica decisão foi proferida em 27 de fevereiro, diante de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em Sergipe na tentativa de impedir que uma rede de lojas incluísse em seu processo de seleção pesquisa no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e na Serasa.

— O TST julgou um caso concreto. E a decisão não se deu por influência de perfil ideológico deste ou daquele ministro, mas por elementos de convicção a partir do que

estava no processo. Qualquer trabalhador que se sentir prejudicado em situação semelhante pode ir ao Judiciário — informou a juíza.

Opinião semelhante tem o advogado representante da OAB, José Guilherme Carvalho, que lembrou o fato de tal entendimento ser minoritário, visto que outras três turmas, em processos distintos, manifestaram-se contrariamente ao direito do empregador de recorrer aos serviços de proteção ao crédito.

— A decisão é minoritária e não exprime necessariamente a posição do TST — afirmou.

## Paim diz estar perplexo com a decisão no TST

Paulo Paim (PT-RS) disse estar perplexo com a posição da Segunda Turma do TST.

— O trabalhador está sendo discriminado por sua situação social. Para mim, isso é um crime hediondo. Trata-se de uma lista podre para impedir o acesso do trabalhador ao emprego — afirmou o senador.

Ana Amélia (PP-RS) concordou com o colega e lembrou que um novo emprego seria o caminho para o trabalhador resolver problemas de inadimplência.

Paim disse estar ciente de que a posição do TST é válida para um caso concreto, mas teme que o uso das listas “vire moda”.

— Seguro morreu de velho. Antes que tal prática se espalhe, resolvemos fazer esta audiência pública — afirmou Paim.

## OAB e sindicalistas refutam o acórdão

Segundo José Henrique Carvalho, a OAB considerou o acórdão discriminatório ao violar a dignidade e o direito à privacidade.

— Decisões judiciais têm que ser respeitadas, mas não se pode impor barreira ao trabalhador que tenta conseguir oportunidade, até porque o endividamento pode ser causado pelo próprio desemprego — opinou.

Os representantes sindicais criticaram a decisão. Para o secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Moacyr Roberto Tesch, ter o nome no SPC ou Serasa não é desonra. O coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, reivindicou a revisão do acórdão:

— O erro pode ser reparado sem constrangimento — defendeu o sindicalista.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Vital teme a privatização ou a federalização da universidade

## Vital desaprova cortes do governo paraibano em universidade

O tratamento que a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) vem recebendo do governo do estado foi criticado por Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O senador informou que a universidade tem direito, segundo sua reitora, Marlene Alves, a 5,77% da receita estadual — o que corresponderia

a R\$ 27 milhões mensais e não a R\$ 18,7 milhões, valor publicado em 31 de janeiro no cronograma mensal de desembolso do estado.

Vital disse que muitos já têm se aproveitado da situação e proposto a privatização ou a federalização da UEPB.

Segundo o senador, seu pai

foi reitor da UEPB e coordenou acordo com o governo estadual à época, iniciando o processo de estadualização da universidade. A UEPB tem oito campi, que oferecem 46 cursos de graduação para 20 mil alunos, além de 13 cursos de mestrado, informou Vital.

— Não posso assistir,

passivamente, a uma manobra que coloca em risco a autonomia financeira da UEPB. A universidade é um patrimônio do povo paraibano, que sob hipótese alguma pode ser repassado à iniciativa privada ou ao controle de outra instância pública que não o governo do estado — afirmou.

Crise econômica na União Europeia pode fazer a economia brasileira perder um mercado de qualidade e aumentar a dependência do país em relação à China, alertam especialistas em audiência na CRE

## Europa, em crise, ainda é a principal parceira do Brasil

A CRISE ECONÔMICA na União Europeia e a consequente redução de sua capacidade de importação poderão aumentar a dependência brasileira em relação ao mercado da China, alertaram especialistas, ontem, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Hoje, apesar das dificuldades enfrentadas, a Europa continua sendo a principal parceira do país, lembrou o embaixador da França no Brasil, Yves Saint-Geours.

Os participantes da audiência apontaram a necessidade de o Brasil diversificar a economia e buscar equilíbrio na busca de parceiros. O professor da Universidade de Campinas (Unicamp) José Augusto Guilhon previu que o principal impacto da crise europeia será a “perda de um mercado de qualidade para a economia brasileira, cada vez mais concentrada em *commodities*”. O ideal para o país, segundo ele, seria manter um equilíbrio entre Estados Unidos, Europa e Ásia.

O professor Creomar Carvalho de Souza, da Universidade

Católica de Brasília, citou outra “consequência tangível” da crise: o congelamento das negociações para um acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Ele apontou “consequências intangíveis”, como maior questionamento da Europa como referencial de modelo de integração.

Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que, em 2012, o mundo crescerá 4%, e a média dos países emergentes será acima de 6%. O comércio mundial avançará 6,7%, apesar da crise europeia.

— Não precisamos mergulhar em pessimismo. Às vezes, impactados pela mídia e por nossa relação emocional com a Europa, perdemos a dimensão do mundo. Hoje, existe uma globalização assimétrica que aponta para o crescimento. Temos uma novidade, um mundo policêntrico — disse.

Saint-Geours discordou, destacando que a Europa, em 2011, foi responsável por 20,5% das importações brasileiras (contra 14,5% da China) e por 20,7% das exportações (contra

17,3% da China).

— O saldo positivo do Brasil com a Europa foi de US\$ 6 bilhões. Não podemos subestimar nossas relações — disse.

Presidindo a audiência, Fernando Collor (PTB-AL) disse que os atuais modelos econômicos “estão exauridos” e que é preciso repensar o futuro. Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu “um novo conceito de progresso”, que leve mais em conta o bem-estar humano e o meio ambiente.

Ana Amélia (PP-RS) lamentou a demora em alcançar acordo entre o “competitivo” Mercosul e a Europa “ainda muito subsidiada”. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou a preocupação manifestada pela presidente Dilma Rousseff na Alemanha, quanto a um “tsunami financeiro” em razão do grande fluxo de capitais de países ricos para mercados emergentes. Saint-Geours respondeu que “a proposta em andamento na Europa é a de irrigar a economia, para dar-lhe possibilidade de se desenvolver, mas as taxas de juros no mundo não são as mesmas e o Brasil é muito atrativo”.



Creomar Carvalho (E), embaixador Saint-Geours, Fernando Collor, José Augusto Guilhon e Francisco Carlos Teixeira

## Caso de haitianos não é tráfico, diz secretário

O secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão, afirmou ontem que a imigração ilegal de haitianos ao Brasil, intensificada nos últimos meses, não se enquadra em casos de tráfico de pessoas. O caso seria questão de direitos humanos. Abrão participou de audiência pública que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas do Senado promoveu na Assembleia Legislativa do Amazonas — estado que, junto ao Acre, tem sido a porta de entrada dos haitianos, conduzidos por “coiotes”, pessoas que cobram para guiar imigrantes

clandestinos pela fronteira.

Para Paulo Abrão, a situação econômica favorável e a exposição internacional com grandes eventos como a Rio+20, Copa do Mundo e Olimpíadas são alguns dos atrativos do Brasil.

— Não há características de crime de tráfico de pessoas, pois eles realizaram uma espécie de consórcio familiar para pagar os custos da vinda. E quem vem se compromete a enviar aos familiares recursos oriundos do seu trabalho — explicou o superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Sérgio Fontes.

Fontes destacou, no entanto, que o crime também ocorre no Haiti. Segundo ele, o tráfico de pessoas aparece em quarto lugar em mobilização de recursos no mundo e é um dos mais difíceis de ser apurado. Por isso, pediu ao haitianos que denunciem qualquer caso.

Presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que os haitianos são bem-vindos.

— A intenção não é coibir a imigração e sim investigar a existência de grupos que, ilegalmente, providenciam a transferência deles para o Brasil — explicou.

## Críticas de Jérôme Valcke foram “intromissão indevida”, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse considerar uma “intromissão indevida” as críticas feitas por Jérôme Valcke, secretário-geral da Fifa (entidade diretora do futebol mundial), sobre a preparação do Brasil para a Copa do Mundo de 2014.

O senador elogiou as declarações do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que

rebateu as críticas e oficializou pedido à Fifa pela substituição de Valcke na interlocução com o governo.

— Acho que o ministro não falou somente em seu nome, nem do ministério, nem do governo, mas falou em nome de todo o povo brasileiro e do nosso sentimento diante da maneira grosseira como foi feita a crítica — disse.

## Para Alvaro, fala de secretário da Fifa foi desrespeitosa, mas fundamentada

As críticas do secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, ao ritmo lento de execução das obras de estádios, hotéis e modernização da rede de transportes para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil foram consideradas desrespeitosas por Alvaro Dias (PSDB-PR). No entanto, o senador disse concordar com seus fundamentos.

— A cobrança se justifica, mas não nos termos em que foi colocada — disse.

Valcke afirmou, na sexta-feira, que o Brasil não está organizando a Copa como deveria e que, por isso, seus dirigentes mereciam “um pontapé no traseiro”. A expressão foi considerada desrespeitosa ao governo brasileiro e ofensiva à dignidade do país por Alvaro. No entanto, o senador aponta “problemas graves no gerenciamento das obras”, como superfaturamento de obras de construção de estádios, concessão de taxas de juros privilegiadas para empreiteiras e transferências “generosas” do Tesouro Nacional para que o BNDES



Alvaro avalia que Valcke tem razão quanto à demora nas obras da Copa

financie as construtoras.

Citando dados do Tribunal de Contas da União (TCU), Alvaro lamentou o elevado custo do total das obras da Copa, cerca de R\$ 25 bilhões, e o custeamento com recursos públicos de mais de 92% desse total. Também disse que falta transparência, dificultando a fiscalização por parte da imprensa e da sociedade.

— E diziam, quando anunciaram a Copa no Brasil, que os gastos seriam da iniciativa privada, que o governo não iria colocar dinheiro público. Palavras ao vento — criticou.

Em aparte, Jorge Viana (PT-AC) defendeu o acesso dos cidadãos a dados sobre investimento público nas obras.

## Casildo: Ficha Limpa deve se estender a toda função pública

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de barrar o registro de candidatos cujas contas não tenham sido aprovadas em eleições passadas nas eleições municipais deste ano foi elogiada por Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Para o senador, essa decisão e a validação da Lei da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) “representam a consolidação do processo democrático no país” e atendem ao “clamor da população por decência e ética”.

— Não se pode considerar quite com a Justiça o candidato que não tiver tido suas contas aprovadas. As estimativas são de que mais de 21 mil candidatos encontram-se nessa situação. E, para não se cometer injustiças, deve-se



Casildo elogia TSE por decidir barrar candidatos com contas rejeitadas

dar celeridade a processos em andamento na Justiça Eleitoral — observou.

A Ficha Limpa, disse Casildo, deveria ser estendida a todas as funções públicas em todas as instâncias dos três Poderes, inclusive funções comissionadas. Para ele, o Congresso não pode adiar a discussão e a votação da reforma política, “adequando as práticas políticas e eleitorais às necessidades do novo Brasil que se redesenha à frente de nossos olhos”.